



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

3.º SUPLEMENTO

IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado. Para publicação no «Boletim da República».

SUMÁRIO

Assembleia da República:

Resolução n.º 3/97:

Aprova o Relatório de actividades da Comissão Permanente da Assembleia da República à VI Sessão da IV Legislatura.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução n.º 3/97

de 30 de Abril

A Assembleia da República, tendo apreciado o Relatório das actividades da Comissão Permanente relativa ao período que vai até 31 de Dezembro de 1996, decide:

Único. É aprovado o Relatório da Comissão Permanente da Assembleia da República em anexo ao presente Diploma e do qual faz parte integrante.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia da República, em exercício,
Abdul Carimo Mahomed Issá.

Relatório das Actividades da CPAR à VI Sessão da IV Legislatura

O relatório que se vos apresenta, refere-se às principais acções realizadas pela CPAR, no período compreendido entre Janeiro a Dezembro de 1996, nos termos do artigo 148 da Constituição da República e do artigo 37 do Regimento em vigor na Assembleia da República.

A CPAR saúda a todos os Senhores Deputados pelos esforços que têm envidado na execução da sua tarefa como legisladores, na sua função política de controlo da Assembleia, através do acompanhamento das actividades das instituições do Estado, verificando o respeito da lei e do interesse público, bem como pelo trabalho realizado nas Comissões e nos Círculos Eleitorais.

A avaliação dos trabalhos da IV e V Sessões Ordinárias da IV Legislatura da Assembleia da República foi a tarefa premente realizada pela CPAR.

Dentre as inúmeras tarefas executadas, no período em análise, pela CPAR, destaca-se a realização de 23 Sessões de trabalho, sendo 8 Ordinárias e 15 Extraordinárias, durante as quais, se debruçou sobre diversas matérias, a destacar:

- Preparação das condições para a aprovação de legislação diversa, do Plano e Orçamento Geral do Estado para 1997;
- Conclusão do debate das propostas de instrumentos legais, visando a reestruturação do SGAR;
- Elaboração dos termos de Referência para as áreas de Formação e Cooperação e de Administração e Finanças;
- Elaboração e apreciação da Política de Informática da AR e do respectivo Plano Director;
- Realização de encontros com os Funcionários da AR, para auscultar as suas preocupações;
- Criação do COMAR — Comité para a Modernização da AR;
- Criação do Grupo Técnico a funcionar junto da AR;
- Criação de Assessoria Técnica para a 1.ª triagem das Petições, Queixas e Reclamações;
- Disponibilização de condições para a Assessoria Técnica às Comissões de Trabalho e Bancadas Parlamentares;
- Organização em colaboração com as Comissões de Trabalho e doadores, de seminários de capacitação dos Deputados e de cursos de curta duração para os Funcionários do SGAR;
- Assinatura de Protocolos de Cooperação com outros Parlamentos;
- Busca de apoios junto de organismos internacionais;
- Criação do Gabinete de Imprensa;

- Preparação e organização da IV e V Sessões Plenárias da AR;
- Elaboração das propostas de Programa de Actividades e dos Orçamentos de Funcionamento e de investimento da AR, para 1996 e 1997;
- Elaboração do relatório de Execução Orçamental da AR, relativo a 1995, presente na IV Sessão Plenária;
- Contactos com o Executivo para a negociação do déficite constante do orçamento da AR, para 1996 no valor de cerca de 19 biliões de meticais, entre outras actividades;
- Participação da AR, a nível internacional, através dos Deputados no (a):
 - Cimeira Constitutiva da CPLP;
 - Reunião da União Parlamentar de África-UPA;
 - Assembleia Paritária de África, Caraíbas e Pacífico-União Europeia ACP — UE;
 - Em reuniões de preparação para a criação do Fórum Parlamentar da SADC;
 - Em seminários internacionais, versando diferentes temas.

A CPAR instruiu o SGAR para a apresentação do balanço financeiro de cada Sessão Ordinária.

A CPAR através dos diferentes grupos de trabalho por ela criados desenvolveu acções tais como:

Na área de Administração e Finanças.

Empenhou-se na busca de soluções para sanar o déficite orçamental da AR para 1996, no valor de cerca de 19 biliões de meticais, constantes do orçamento de funcionamento da AR para 1996, de que resultou:

- a) a redução do déficite orçamental;
- b) o pagamento de subsídio do círculo eleitoral de 1995 e 1996;
- c) o pagamento de parte dos honorários das Comissões AD-HOC.

Realizou reuniões com os chefes de departamentos e quadros do SGAR, não só para auscultação dos seus problemas, a recolha de proposta para a sua solução, mas também, para a recolha de proposta de programas de formação e capacitação profissional dos funcionários a curto, médio e longo prazos.

Elaborou os termos de referência, as propostas do programa de actividades e do orçamento de funcionamento e de investimento da Assembleia da República para 1997, bem como o relatório da execução Orçamental de 1996.

Para melhor empenho foi introduzido o princípio do sistema de descentralização na gestão orçamental para as Comissões de Trabalho.

Foi igualmente solicitada, em Maio uma auditoria financeira. Em Outubro, esta iniciou o seu trabalho e até ao final do ano de 1996 ainda não tinha sido concluído.

No entanto, informações recentes indicam que o relatório final encontra-se no gabinete da S. Ex.^a Vice Ministra do Plano e Finanças.

Na área de formação e Cooperação

A CPAR elaborou os termos de referências e o programa trienal de formação que se encontra em poder das Chefias de Bancada Parlamentar, para a apreciação e enriquecimento, por forma a elaborar-se o documento

final que reflecta as necessidades de todos os Deputados da Assembleia da República.

Acções conjuntas CPAR, Comissões de Trabalho e SGAR, foram realizadas por forma a proporcionar uma formação aos Deputados e Funcionários do Secretariado Geral da Assembleia da República, bem como a troca de experiências com outros Parlamentos. Foram efectuadas visitas de trabalho para o exterior, integrando Deputados das três Bancadas representadas no Parlamento e alguns Funcionários do SGAR, directamente ligados com o trabalho dos Deputados.

Foram realizados seminários de capacitação, versando diferentes temas do interesse da instituição e dos Deputados.

As viagens tinham como objectivo fundamental inteirar-se da organização e funcionamento de outros Parlamentos como instituição e das suas Comissões de Trabalho. Também serviram para a troca de experiências entre os Deputados dos diversos Parlamentos, com realidades diferentes.

Assim, foram efectuadas visitas aos seguintes países:

Reino da Suécia.

— 6 Deputados membros da Comissão da Agricultura, Desenvolvimento Regional, Administração Pública e Poder Local.

República da Zâmbia.

— 2 Deputados membros da Comissão de Relações Internacionais.

República Portuguesa.

— 6 Deputados membros das Comissões de Agricultura, Desenvolvimento Regional, Administração Pública e Poder Local e dos Assuntos Jurídicos, Direitos Humanos e de Igualdade.

— S. Ex.^a Presidente da Assembleia da República e 4 Membros da Comissão Permanente da AR.

— 6 Deputados da Comissão de Defesa e Ordem Pública.

— 2 MCPAR e 4 Deputados, participaram na Conferência preparatória do Fórum Parlamentar da CPLP.

República da Finlândia.

— 2 Deputadas participaram nas comemorações dos 90 anos do direito ao voto das mulheres Finlandesas.

República da África do Sul.

— 5 Deputados participaram na Conferência promovida pela AWEPA.

— 3 Deputados participaram na Conferência sobre Perspectiva do Comércio Internacional a nível da SADC, promovida igualmente pela AWEPA.

República da Dinamarca/França/Irlanda.

— 5 Deputados e 1 funcionário do Secretariado Geral da AR participaram num seminário sobre «Boa Governação e o Papel do Parlamento».

República Popular da China.

— 1 MCPAR participou na 96.^a Sessão Ordinária da União Inter-Parlamentar que tratou entre outros temas de «Direitos Humanos» e procedeu a eleição de novos membros para os diferentes Comitês.

República da Itália.

— 1 Deputado representou a instituição na Cimeira Mundial sobre a «Alimentação».

Para além das viagens para o exterior foram realizados seminários de capacitação, em coordenação com outras instituições e sob patrocínio destas.

I. Sob o patrocínio da SUNY

Na República da Bolívia

— Participaram o 1.º Vice-Presidente e o Secretário-Geral da AR, na Conferência Internacional Legislativa.

Em Maputo

— 57 Deputados de todas as Bancadas Parlamentares e 6 Funcionários do SGAR, participaram em 2 fases no Seminário sobre «Teoria Metodológica e Técnicas de Elaboração e Análise Legislativa em Moçambique», sendo:

- 1.ª Fase em Fevereiro/96 — 26 Deputados e 1 funcionário.
- 2.ª Fase em Julho/96 — 31 Deputados e 5 funcionários.

II. Sob o patrocínio da UNESCO e da Assembleia Nacional do Malawi.

República do Malawi

— 3 Deputadas, representando as três Bancadas Parlamentares, participaram na Conferência sobre «Grupo de Trabalho para elevar a Representação da Mulher e Promover a Consideração do Género nos Parlamentos da África Austral», decorrida de 22 a 25 de Abril/96.

III. Sob o patrocínio da AWEPA e da Associação da Commonwealth

Na República da África do Sul

— 2 Deputados Membros das Comissões de Defesa e Ordem Pública e das Relações Internacionais.

Em Maputo

— 10 Deputados membros da Comissão de Defesa e Ordem Pública, participaram no Seminário sobre «Políticas de Defesa e Segurança no contexto actual de Moçambique e o papel da Assembleia da República».

— 30 Deputados e cinco funcionários da AR participaram no Seminário sobre «A Convenção de Lomé IV, suas implicações para Moçambique e o Trabalho Parlamentar».

Em Nampula

— Deputados das três bancadas e um funcionário do SGAR, participaram num Seminário sobre a «Relação Deputado/Círculo Eleitoral».

De salientar que de 11 a 12 de Novembro, 4 Deputados da AR participaram num Seminário que teve lugar em Dodoma, na Tanzânia sobre «O Papel do Parlamento na SADC», incidindo sobre as relações na SADC, em particular no que se refere ao comércio e indústria e sobre a resolução de conflitos na região.

IV. Sob o patrocínio da AMODEFA

Em Maputo

— 15 Deputados membros da Comissão dos Assuntos Sociais, do Género e Ambientais e 7 Deputados convidados

participaram no Seminário subordinado ao tema «Saúde Reprodutiva, População e Desenvolvimento».

V. Sob o patrocínio do Fórum Mulher

Em Maputo

— 15 Deputados membros da Comissão dos Assuntos Sociais, do Género e Ambientais, participaram no Seminário subordinado ao tema «Género».

VI. Sob patrocínio do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia

Em Helsínquia e Tampere

— 3 Deputados participaram de 15 a 25 de Outubro, num Seminário sobre o «Estudo dos Sistemas dos Governos Locais e Eleições Municipais».

Ao longo deste período foram ministrados três cursos de informática aos funcionários do SGAR, estando em negociação com a AWEPA um 4.º curso, para além de cursos em língua inglesa financiada pela Organização Iniciativas Democráticas, através da USAID e língua francesa financiada pela Cooperação Francesa através da Embaixada da França que já vêm sendo ministrados.

Ainda na tentativa de dotar a AR de quadros especializados capazes de corresponder a dinâmica da instituição, dois funcionários do SGAR tirminaram em 1996 o primeiro curso de especialização em Assessoria Parlamentar na vertente relações Parlamento-Executivo Sociedade, com a duração de nove meses financiado pela SUNY.

No âmbito da cooperação internacional um Deputado da Assembleia da República participou em Fevereiro e Junho de 1996, na Assembleia Paritária de África, Caraíbas e Pacífico-União Europeia ACP — UE, que teve lugar na República da Namíbia e Bruxelas no Reino da Bélgica, respectivamente.

A Assembleia da República, igualmente, participou no Fórum Parlamentar dos países da SADC realizado a 12/7/96, na República da Namíbia onde se fez representar na pessoa de S. Ex.ª Presidente da Assembleia da República acompanhado de Deputados membros da Comissão Permanente e de algumas Comissões de Trabalho da AR.

No mesmo período, a Assembleia da República na pessoa de S. Ex.ª Presidente participou na reunião da CPLP realizada em Lisboa, Portugal.

Ainda na âmbito da Cooperação Internacional, a Assembleia da República recebeu parlamentares de outros países, a destacar a visita da:

- Delegação Parlamentar Sueca, de 15 a 18 de Agosto de 1996;
- Delegação Parlamentar Russa, de 24 a 29 de Maio de 1996;
- Delegação Parlamentar Alemã, de 27 a 31 de Outubro de 1996.

As visitas tinham como objectivo o reforço e consolidação das relações Inter-Parlamentares.

As delegações foram recebidas em audiência por:

- S. Ex.ª Presidente da Assembleia da República;
- S. Ex.ª 2.º Vice-Presidente da Assembleia da República;
- Cheres de Bancadas Parlamentares da Frelimo, da Renamo e da União Democrática;
- Comissão de Relações Internacionais.

Na área de Coordenação das Comissões de Trabalho

Foram realizados trabalhos de rotina como, apoio na organização de seminários de capacitação, na disponibilização de mecanismos para a aquisição de assessoria técnica, sempre que solicitada.

Neste período, várias foram as actividades levadas a cabo pelas Comissões de Trabalho da Assembleia da República de acordo com a competência de cada uma. Para além das actividades de rotina, registamos com agrado que, pela 1.ª vez as Comissões trabalharam em todas as Províncias do País. Deslocaram-se às unidades económicas, sociais e repartições estatais.

As visitas tinham como objectivo, avaliar o empenho governativo do executivo, bem como o controlo da execução orçamental.

Também se empenharam na avaliação das condições de vida das populações residentes nas zonas do interior, do litoral e fronteira.

Para além das deslocações pelo país, foram ouvidas em audiência, na sede da AR, uma grande parte dos membros do Governo, sobre matérias relacionadas com a vida da Nação que preocupam a sociedade moçambicana, como é o caso da ordem pública, dos direitos humanos, da legalidade, da comercialização agrícola, das privatizações, da desminagem, da criminalidade, entre outros.

Muitas organizações não governamentais e sócio-profissionais foram ouvidas pela maioria das Comissões para análise e recolha de sugestões sobre os problemas que preocupam a população moçambicana.

Para garantir maior eficácia dos trabalhos, alguns membros das Comissões participaram em seminários de capacitação, dentro e fora do país.

Apesar deste desempenho as Comissões de Trabalho enfrentaram dificuldades de carácter financeiro e de meios de trabalho como salas, material e transporte.

Quanto aos regulamentos internos até ao fim do ano, a CPAR não tinha recebido as últimas versões das Comissões de Trabalho.

Como resposta a falta de condições de trabalho para as Comissões, a AR recebeu já parte do equipamento e mobiliário para a montagem das salas de trabalho.

Relativamente à assessoria técnica as Comissões de Trabalho e Bancadas parlamentares já beneficiaram dela através do «Projecto SUNY» e mais recentemente com a criação do Gabinete Técnico a funcionar nas instalações da AR.

No quadro da reestruturação do Secretariado, já foi criado o Gabinete Técnico de Assessoria aos Órgãos da AR, a funcionar na Assembleia da República, com o financiamento da SUNY, por um período de 18 meses.

Também no âmbito da reestruturação do Secretariado foram elaborados os projectos de Estatuto Orgânico, Regulamento das Carreiras Profissionais, Qualificadores das Categorias Profissionais e o Quadro de Pessoal.

A CPAR decidiu, entre outros aspectos, o envio dos documentos relativos à reestruturação do SGAR às diferentes Comissões de trabalho, para a apreciação e sugestões sem ter obtido nenhuma observação.

No decurso dos seus trabalhos a CPAR recebeu um documento do PNUD, que propunha possíveis áreas de cooperação com a AR. Em resposta a CPAR apresentou um documento alternativo de modernização da AR, que reflecte as suas reais necessidades. Em consequência disso, formou o COMAR «Comité para a Modernização da Assembleia da República», que se encarrega de todo o

processo de remodelação e ampliação das instalações da AR, bem como do processo de informatização e computarização.

A coordenação e avaliação do empenho do Comité está à responsabilidade da CPAR.

No âmbito da modernização da AR, o COMAR, trabalha com:

A República Popular da China

Para a construção de um edifício complementar contíguo ao principal. Até ao presente momento, já foi realizado o estudo geotécnico sobre o terreno, para a ampliação do edifício da AR e enviado o relatório técnico à Embaixada da China, tendo a equipa chinesa elaborado o Ante Projecto.

O projecto definitivo será enviado no próximo mês de Maio, seguindo-se a discussão e a assinatura do contrato de execução.

DINAMARCA

Para a alteração da sala do Plenário a construção do Centro de Documentação e Informação, da Biblioteca e para o fornecimento de equipamento e mobiliário, a médio e longo prazos.

Foi aprovado o relatório da equipa técnica responsável pelas obras de remodelação da sala de Sessões Plenárias da AR e do local onde irá funcionar o Centro de Documentação e Informação.

o PNUD

Continuam em processo de discussão as áreas de cooperação acordadas, tendo-se comprometido para o efeito, a disponibilizar um milhão de dólares.

a SUNY

Na montagem e financiamento do Gabinete Técnico de Assessoria (GTA);

— Na Assistência Técnica às Comissões de Trabalho da AR e às Bancadas Parlamentares;

— No fornecimento de equipamento como computadores e máquinas de fotocopiar, para o Gabinete;

Para além de comeder apoio financeiro para o BIAR (Boletim de Informação da Assembleia da República).

No concernente a problemática do processo de informatização e computarização da AR, foi contratado o Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane (CIUEM) para a elaboração do Plano Director e da Política de Informática para AR. Porque o documento retrata um projecto ideal mas que a AR não possui capacidade de gestão para além de o nível de tecnologia proposto não poder corresponder ao nível de organização a curto e médio prazo, a CPAR encontra-se a preparar o plano de prioridades dos sistemas de informatização, na AR.

A CPAR debruçou-se, igualmente, no controlo do cumprimento de algumas decisões tomadas em ocasiões anteriores:

Com relação a implementação do artigo 18, alínea f), do Estatuto do Deputado, o Secretariado-Geral da AR recebeu declarações a todos os Deputados que os solicitaram, para a aquisição de automóveis.

A CPAR, consciente da falta que o meio de transporte faz ao Deputado, para o desempenho do seu trabalho, propôs-se na pessoa de S. Ex.ª Presidente da AR, no sentido

de contactar a Comunidade Internacional, o Governo e instituições bancárias, afim de encontrar mecanismos que possibilitem a aquisição pelo Deputado, do meio de transporte. Todas as tentativas, até ao momento envidadas, lograram infrutíferas.

Este assunto ainda não se pode considerar esgotado, a CPAR continuará a envidar todos os esforços para a sua prossecução.

Quanto a questão da remuneração dos Deputados, esforços foram envidados por forma a canalizar os subsídios e as ajudas de custo a que o Deputado tem direito, até ao seu local de residência.

Através do Ministério do Plano e Finanças, a parte do orçamento referente ao pagamento das despesas supracitadas foi transferida para cada uma das províncias.

No entanto, esta medida trouxe vantagens e desvantagens. Vantagens porque os Deputados passaram a receber os seus subsídios à tempo, o que lhes possibilitou realizar algumas das suas tarefas. Desvantagens, porque ao se transferir o orçamento não se teve em consideração o período em que os Deputados, se encontram em Sessão Plenária na capital do país por um lado e por outro lado a questão de os senhores Deputados residentes, poderem levantar os seus subsídios através do Departamento Financeiro da Assembleia da República, conforme o solicitado.

A CPAR tentou junto do Ministério do Plano e Finanças, encontrar formas que possibilitassem os Deputados receberem em Maputo os subsídios referentes ao período em que decorre a Sessão Plenária, mas os mecanismos burocráticos que este assunto acarreta tornaram-no insolúvel.

Relativamente a compensação às empresas, as decisões tomadas na IV Sessão da AR de contactar o Executivo, para o estudo dos mecanismos de disponibilização e canalização dos fundos às empresas em causa, ainda não foram implementadas.

A situação do Deputado como um profissional tem preocupado sobremaneira a CPAR. Para encontrar mecanismos apropriados para a consecução prática do preceituado no artigo 24 da Lei n.º 2/95, foi instituído um grupo de trabalho, que já apresentou o projecto de lei sobre a previdência e segurança social do Deputado, que será submetido a debate na próxima Sessão da AR.

Por forma a levar ao conhecimento dos Deputados e da sociedade civil, as actividades realizadas pela Assembleia da República, através do Plenário, das Comissões de Trabalho, dos grupos parlamentares, nos Círculos Eleitorais, das visitas de trabalho, foram lançados ainda nesse período, os n.ºs «0» e «1» do Boletim Informativo da AR BIAR, estando já em poder dos senhores Deputados o seu n.º 3. A CPAR espera receber observações dos senhores Deputados para o enriquecimento do BIAR.

Em cumprimento do disposto na alínea e) do artigo 142 da Constituição da República, o Presidente da Assembleia da República, recebeu em audiência várias entidades, entre ministros e embaixadores acreditados na República de Moçambique.

No mesmo âmbito recebeu em audiência algumas individualidades como:

— S. Ex.ª Presidente da Assembleia da República Portuguesa o Dr. Almeida Santos, em visita privada a Moçambique.

O encontro serviu para S. Ex.ª Presidente da Assembleia conceder S. Ex.ª Presidente da Assembleia Portuguesa a informação relacionada com a composição e funcionamento da AR e das suas Comissões de Trabalho.

O Presidente da Assembleia da República Portuguesa dentre várias questões, referiu-se a assinatura de um acordo

de Cooperação e a importância da INTERNET como via mais rápida de comunicação entre os dois parlamentos. Prontificou-se na altura a fornecer toda a documentação necessária sobre o estudo feito, que demonstra que o sistema não é tão honeroso como parece. Na mesma ocasião formulou um convite a S. Ex.ª Presidente da Assembleia da República, a efectuar uma visita oficial a Portugal.

— O Director Geral do Fundo Monetário Internacional, recebido pelo substituto legal de S. Ex.ª o Presidente da AR, o Senhor Primeiro-Vice Presidente da AR, acompanhado por membros da CPAR e da Comissão do Plano e Orçamento.

— Secretário Geral Adjunto da Commonwealth-Nick-Hare, foi outra figura recebida em audiência por S. Ex.ª Presidente da Assembleia da República.

A visita tinha como objectivo conhecer a nova Assembleia da República Moçambicana quanto a estrutura, funcionamento e dificuldades, para posterior discussão de possíveis formas de ajuda institucional.

O representante da Associação dos Parlamentares da Commonwealth, predisps-se a conceder apoio na área da formação e capacitação dos funcionários da Assembleia da República, em língua inglesa informática e estenografia; para além de providenciar um período de estágio dos funcionários, no Parlamento da África do Sul, tendo em conta os longos anos de experiência que possuem na matéria.

No decurso da IV e V Sessões Plenárias a AR teve a honra de receber, em visita de cortesia Sua Excelência o Presidente da República Unida de Tanzânia. Para além desta personalidade, outras houve que também nos honraram com a sua visita:

- O Bispo Desmond Tutu;
- O Presidente da AWEPA, numa delegação de Parlamentares Alemães, Suecos e de Cabo Verde em visita privada ao nosso país;
- Delegação da UE (Comunidade Europeia).

Ainda no âmbito das competências que lhe são conferidas, o Presidente da AR realizou algumas viagens a destacar:

1. A visita oficial à Portugal a convite de Sua Excelência Presidente da Assembleia Portuguesa, na qual se fez acompanhar por quatro membros da CPAR e um funcionário do Secretariado Geral.

A visita tinha como objectivo fundamental a celebração de um acordo de Cooperação, nas seguintes áreas:

- a) Troca de missões técnicas de assessoria e formação profissional nos domínios de apoio ao plenário, gestão e administração, informática, biblioteca, documentação e arquivo;
- b) Formação e estágio;
- c) Sistema de vasos comunicantes de informação instantânea, por via INTERNET e outros meios informáticos.

2. A viagem à Itália onde participou num Seminário sobre «África Austral», constituíram tópicos do seminário, o processo de Paz, a Reabilitação, Reconstrução e Desenvolvimento.

A República de Moçambique coube o tema «Reabilitação» que teve como painel de fundo a dissertação do PAR.

Na sua estadia na Itália, o PAR manteve encontros com algumas personalidades da vida política italiana, entre as quais os Presidentes da Câmara e Senado Italiano e a Sr.ª Vice-Presidente do Senado Polaco.

No decurso do ano de 1996, a CPAR realizou viagens de Trabalho dentro do país, a referir:

A viagem a Província de Sofala encabeçada por Sua Excelência Senhor Presidente da Assembleia da República.

O objectivo da viagem prendia-se com a verificação do desempenho do Executivo, do cumprimento do Programa Quinquenal e da aplicação do Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Assembleia da República.

Para fazer face às grandes dificuldades em termos de meios, para funcionamento, a Assembleia da República recebeu alguns apoios do Orçamento Geral do Estado e da Comunidade Internacional, segundo o documento em Anexo.

No decurso deste intervalo, a CPAR criou o Gabinete de Imprensa junto do Gabinete do Presidente da Assembleia da República.

Este, para além de fazer a divulgação de matérias a serem debatidas nas Sessões do Plenário, da CPAR e das Comissões de Trabalho, vai estabelecer os mecanismos que permitem uma ligação constante, entre o Parlamento e o Público, ou seja entre o Parlamento e a Sociedade Civil.

Desde 1995 que a AR tem recebido um enorme volume de petições e reclamações vindas de cidadãos da sociedade civil e de algumas instituições. O volume de documentos que dão entrada ascende a capacidade da AR de dar resposta.

Este constitui um assunto que preocupa sobre maneira a CPAR, pois, o Direito Constitucional dos cidadãos está a ser postergado.

Face a esta situação a CPAR, criou um Gabinete Técnico, encarregue de fazer a 1.ª triagem dos documentos e enviá-los em seguida às Comissões de Trabalho para a emissão dos respectivos pareceres.

No entanto informação mais detalhada será fornecida pelos Senhores Membros da CPAR, Dr. Alcides Guenha e Dr. Orlando da Graça, encarregues de estudar o assunto.

A funcionalidade da instituição a que pertencemos e a melhoria da gestão financeira, do apoio técnico para o desenvolvimento de cada Deputado constitui uma aposta.

A formação a longo prazo é uma das grandes apostas da CPAR e virada à formação profissional dos funcionários, tendo em conta que são o garante da funcionalidade da instituição.

É, pois, prioritário dotar os funcionários da AR de conhecimentos que lhes permitam garantir e providenciar o trabalho e apoio de qualidade aos Deputados. Para isso, não bastam os seminários de capacitação de curta duração, é indispensável pensar-se em cursos de formação de longa duração.

Prevê-se a promoção de cursos de média duração para as seguintes áreas:

Línguas inglesa e francesa, Informática (programação), Técnicas de Redacção e Estenografia, Técnicas de Documentação, de Administração e Finanças e Relações Públicas, envolvendo cerca de vinte funcionários, provenientes dos diferentes departamentos da AR para além de cursos de longa duração para as áreas de Direito, Economia, Sociologia, Documentação e Informação, a serem ministrados dentro e fora do país de acordo com as disponibilidades financeiras.

De acordo com as solicitações de alguns Deputados, justifica-se a continuidade de programas de formação e

capacitação para os Deputados, principalmente em áreas específicas.

A CPAR continuará por outro lado, a envidar esforços para a criação de meios que possibilitem o bom desempenho das actividades das comissões AD-HOC.

Conclusão

Apesar da melhoria das condições de trabalho, em termos de equipamento, mobiliário, e meios de trabalho,, comparativamente, aos anos anteriores, ainda existem outros constrangimentos, que limitam o trabalho dos Deputados a nível das Comissões de Trabalho e do Círculo Eleitoral, como:

- a insuficiência de quadros especializados no Secretariado-Geral da AR, que limita o eficiente apoio ao trabalho dos Deputados;
- os problemas de transporte para o funcionamento das Comissões de Trabalho, do Secretariado Geral e do trabalho no Círculo Eleitoral e outros sectores;
- a constante situação de défice orçamental e insuficiência de fundos origina a não realização de muitas tarefas.

A título de exemplo, viagens houveram em que a AR não pôde realizar como:

- O convite para participar na «Cimeira Mundial Sobre o Turismo»;
- A participação na:
 - 96.ª reunião da União Inter-Parlamentar sobre «Direitos Humanos», na República Popular da China;
 - Cimeira Mundial sobre «Alimentação», em n.º representativo do cenário político da AR, na República da Itália.

Podemos afirmar, no entanto, que o balanço global do empenho dos Deputados e da instituição pode considerar-se de positivo, pesem embora, as precárias condições de trabalho que ainda subsistem.

Maputo, Dezembro de 1996.

ANEXO I

Relação do material recebido de diferentes instituições

Do Orçamento Geral do Estado (OGIE)

- 35 secretárias metálicas.

Da Comunidade Internacional

1) SUNY :

- 2 fotocopiadoras Xerox 5317;
- 5 armários metálicos verticais de duas portas;
- 2 arquivadores metálicos com 4 gavetas;
- 15 secretárias metálicas com um bloco de 3 gavetas;
- 250 resmas de papel para fotocópias;
- 100 pastas de arquivo A4;
- 3 gravadores portáteis com respectivos auscultadores;

- 6 computadores ICL;
 - 2 impressoras.
- ii) AWEPA :
- 3 gravadores portáteis com respectivos microfones;
 - 1 impressora para o processamento de mapas.
- iii) DANIDA :
- 1 Central Telefónica nova, equipada com meios de controlo de chamadas;
 - 2 aparelhos de ar condicionado;
 - 5 computadores da marca TULIP;
 - 2 impressoras;
 - 84 mesas de trabalho;
 - 180 cadeiras;
 - 71 livros técnicos;
 - 10 gravadores SONY BN 77;
- 15 microfones;
 - 8 gravadores grandes DENON DN 770R;
 - 10 pedais para gravador;
 - 18 HEADEST;
 - 20 cassetes, MAXELL;
 - 17 estabilizadores de corrente eléctrica.
- iv) FIEDRICH EBERT :
- diverso material de escritório no valor de vinte e quatro mil dólares (24.000 USD) para as Bancadas Parlamentares.
- v) CHINA :
- Pagamento da factura relativa aos trabalhos geotécnicos do local onde vai ser construído o edifício para o funcionamento das Bancadas Parlamentares, no valor de 14.915 USD.